

Apresentação do debate Miliband-Poulantzas

DANILO ENRICO MARTUSCELLI

LEANDRO DE OLIVEIRA GALASTRI¹

1. As traduções e publicações do debate

O debate Miliband-Poulantzas ocupou as páginas da revista marxista inglesa *New Left Review* entre os anos de 1969 e 1976. Esse debate é composto fundamentalmente por quatro textos. Os textos de Nicos Poulantzas: “The Problem of Capitalist State” e “The Capitalist State: a reply to Miliband and Laclau”, publicados, respectivamente, em 1969 e 1976; e os textos de Ralph Miliband: “The Capitalist State: reply to Poulantzas” e “Poulantzas and the Capitalist State”, publicados, respectivamente, em 1970 e 1973. Poderíamos acrescentar a essa lista o artigo “The Specificity of the Political: around the Poulantzas-Miliband Debate”, de Ernesto Laclau, publicado na revista *Economy and Society*, em 1975, dada a sua importância para a última intervenção de Poulantzas.

Até o presente momento, o leitor de língua portuguesa tinha acesso apenas aos dois primeiros textos desse debate. Tais textos podem ser encontrados na obra *Debate sobre o Estado capitalista*², bem como na tradução da coletânea *Ideologia*

1 Doutorandos em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Agradecemos aos membros do comitê editorial da revista *Crítica Marxista*, em especial a Armando Boito Jr., por acolher a proposta de publicação dos artigos inéditos que compõem o debate Miliband-Poulantzas.

2 Ver Porto: Edições Afrontamento, 1975. De acordo com João Paulo Monteiro, a segunda parte do debate nunca foi traduzida em Portugal. Agradecemos a esse pesquisador português pela informação prestada.

na ciência social, organizada por Robin Blackburn³. O artigo de Laclau, mencionado anteriormente, está também disponível em uma de suas obras⁴. Portanto, a tradução dos textos fundamentais do debate Miliband-Poulantzas para a língua portuguesa fecha seu ciclo apenas neste número de *Crítica Marxista*, distando mais de trinta anos da última intervenção no debate, com a publicação dos textos “Poulantzas e o Estado capitalista”, de Miliband, e “O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau”, de Poulantzas.

Salvo engano, apenas uma publicação logrou reunir todos os textos desse debate. Trata-se da obra *Debates sobre el Estado capitalista (1): Estado y clase dominante*, organizada por Horacio Tarcus e publicada pela editora argentina Imago Mundi, em 1991⁵.

2. Por que publicar a segunda parte do debate?

A iniciativa de traduzir esses textos inéditos de Miliband e Poulantzas não é casual. Tem o objetivo de suprir uma lacuna no mercado editorial brasileiro especializado. Mas não só isso. Tais traduções podem talvez despertar o interesse pelo estudo das principais análises contemporâneas do Estado capitalista no âmbito do marxismo – falamos aqui das obras de Nicos Poulantzas e Ralph Miliband –, como também podem ser concebidas como importantes ferramentas para aqueles(as) que se lançarem à difícil tarefa de elaboração de uma teoria do Estado, seja no interior da problemática marxista ou não.

Na verdade, entendemos que a inexistência de publicações como esta parece ser indicativo do déficit de pesquisa sobre o Estado capitalista no Brasil. Essa situação se agrava ainda mais se levarmos em consideração que até os dias de hoje o mercado editorial brasileiro não se lançou à tarefa de publicar obras de importantes teóricos marxistas do Estado, como parece ser o caso das análises desenvolvidas por Joachim Hirsch e Bob Jessop⁶, entre outros, que só encontramos na forma de artigos dispersos em revistas ou coletâneas no país.

3. A conjuntura teórica e política do debate

Em se tratando de uma apresentação, caberia fazer algumas observações sobre a conjuntura teórica e política em que se insere o debate Miliband-Poulantzas. Em

3 Ver Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

4 Ver “A especificidade do político” In: *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

5 Agradecemos a Gonzalo Rojas por nos alertar sobre a existência dessa publicação e também por nos disponibilizá-la.

6 No caso de Hirsch, referimo-nos às obras: *Staatsapparat und Reproduktion des Kapitals*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1974; *Der Nationale Wettbewerbsstaat: Staat, Demokratie und Politik im Globalen Kapitalismus*. Kyoto: Minerva, 1998. Em relação a Jessop, indicamos: *The Capitalist State: marxist theories and methods*. New York: New York University, 1982; *State theory: putting the capitalist state in its place*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University, 1990; *The future of the capitalist state*. Cambridge: Polity, 2002; *State power: a strategic-relational approach*. Cambridge: Polity, 2007.

linhas gerais, é possível afirmar que esse debate resultou da publicação de duas importantes obras de teoria política elaboradas no campo do marxismo, a saber: *Pouvoir Politique et Classes Sociales de l'État Capitaliste*, de Nicos Poulantzas, e *The State in Capitalist Society*, de Ralph Miliband, publicadas, respectivamente, em 1968 e 1969.

Os desafios enfrentados por Poulantzas e Miliband nessas obras não eram de pouca monta. Tais reflexões depararam-se com o abandono da teoria do Estado no âmbito do marxismo. Isso tinha conseqüências teóricas e políticas significativas. No nível teórico, o Estado era concebido como mero epifenômeno da economia, o que tornava dispensável qualquer tentativa de sistematização de uma teoria do Estado e do poder político. Todos os níveis sociais se fundariam na infra-estrutura econômica. No nível político, o economicismo resultou no reformismo e no esquerdismo, ou melhor, para essa vertente do marxismo, o objetivo da ação revolucionária encontrava-se na economia, ou ainda, a ação política deveria ter como objeto principal a transformação da economia. Tal perspectiva tendia a ignorar que a condição necessária, ainda que não suficiente, para a revolução socialista, era a destruição do aparelho de Estado burguês.

As dificuldades de elaboração de uma teoria do Estado eram ainda maiores se levarmos em consideração o que vigorava como explicação dominante dos processos políticos no seio da ciência política do período. Em contraposição ao marxismo dominante, os cientistas políticos engajavam-se na elaboração de uma análise da política desencarnada completamente da economia, ou seja, advogavam em suas análises a favor da separação absoluta dos níveis político e econômico. Com isso, tais análises concebiam como equivocadas as tentativas de elaboração de uma teoria do Estado e do poder político que buscassem entender os fenômenos sociais pautados na idéia de conflitos de classe, de relações de exploração e de dominação. O resultado desse procedimento teórico-metodológico era a mera descrição abstrata e trans-histórica das características e do funcionamento das sociedades contemporâneas, ignorando, assim, seu caráter histórico e concreto, bem como as possibilidades de sua superação. No nível político, a conseqüência principal dessas análises era a de naturalizar as relações sociais existentes, o que as levaria a apostar, no máximo, na otimização das virtudes e na minimização das falhas da sociedade supostamente definitiva: a sociedade capitalista.

Tendo em vista, portanto, os ânimos que mobilizavam a conjuntura teórica e política da época, o empreendimento de elaborar uma análise do Estado capitalista não era das tarefas mais fáceis de ser executada, o que nos leva a conceber, assim, as contribuições de Miliband e Poulantzas como reflexões que caminhavam, dentro de certos limites, na contra-corrente do pensamento dominante, tanto no seio do marxismo como da ciência política em vigor no final dos anos de 1960.

4. Algumas polêmicas suscitadas no debate

Não seria adequado apresentar aqui todas as teses e controvérsias existentes no debate. Nesse sentido, optamos por enumerar uma série de questões que surgem

no diálogo entre Miliband e Poulantzas que evidenciaria a importância da leitura de suas obras e do próprio debate para a elaboração de uma teoria marxista do Estado⁷. Entre tais questões destacamos as seguintes: a) de quais instrumentos teóricos e metodológicos a análise marxista deve se valer para emplacar uma crítica sistemática e rigorosa das “ideologias burguesas” do Estado e do poder político?; b) quais são os elementos necessários à validação de uma teoria? É possível dizer que os problemas lógicos e de validade empírica diferem substancialmente? Ou ainda, como se produzem os fatos concretos? Eles são externos à teoria ou produzidos por ela?; c) quais são os limites e possibilidades da incorporação de certos conceitos e noções não-marxistas à análise marxista do Estado e das classes sociais, como, por exemplo, a noção de elite?; d) os agentes de uma formação social devem ser entendidos como portadores de instâncias objetivas, no sentido de que as relações entre Estado e classes sociais constituem um “sistema objetivo de conexões regulares”? Ou tais agentes devem ser concebidos como princípio genético do todo social, no sentido de que as relações entre Estado e classes sociais reduzem-se às relações interpessoais?; e) como apreender a relação entre classe dominante e Estado? Existe uma autonomia entre um e outro? O que fundamentaria a autonomia relativa do Estado?; f) os aparelhos ideológicos, tais como a Igreja, a escola, o *mass media*, a família etc., fazem ou não parte do Estado? Quais são as conseqüências teóricas de concebê-los como parte integrante do Estado?; g) como analisar os membros da burocracia estatal? Seria a partir da origem social e da situação de classe? Ou da função objetiva que desempenham na realização das funções do Estado?; h) poder de Estado e poder de classe podem ser entendidos como conceitos distintos?; i) o que caracterizaria o bonapartismo? O bonapartismo poderia ou não ser visto como uma característica fundamental do Estado capitalista?; j) qual é a natureza da forma democrático-burguesa do Estado capitalista? Quais são as diferenças entre as diversas formas de Estado burguês?; k) qual é o papel desempenhado pelos partidos políticos burgueses na organização e na articulação dos interesses da classe dominante?

A essas questões poderíamos acrescentar outras, referentes a uma análise comparativa das intervenções dos dois autores: a) seria adequado caracterizar, de um lado, a análise de Poulantzas como teoricista e estruturalista e, de outro, a análise de Miliband como empiricista e instrumentalista⁸; b) faria sentido afirmar que tanto um quanto outro partiram de princípios epistemológicos não-marxistas para analisar o Estado capitalista⁹ Qual seria o estatuto de uma epistemologia

7 Bob Jessop é um dos que questionam a importância do debate, ver: *Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy*. Hong Kong: MacMillan, 1985.

8 Fazemos menção aqui à análise desenvolvida por David A. Gold; Clarence Y. H. Lo; Erik Olin Wright. “Recientes desarrollos en la teoría marxista del Estado capitalista” In: VVAA. *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI, 1977.

9 Sobre essa questão ver Clyde W. Barrow. “The Miliband-Poulantzas Debate: na intellectual history”. In: Staley Aronowitz and Peter Bratsis (Org.). *Paradigm lost: State theory reconsidered*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

marxista?; c) qual pode ter sido o impacto do debate travado entre os dois autores sobre as suas próprias análises? Seria possível identificar elementos de ruptura entre a análise que desenvolvem no debate e suas obras publicadas no final dos anos 1960? Qual seria a natureza dessa ruptura?; d) haveria desajustes entre as concepções novas incorporadas por Poulantzas e a permanência de certos conceitos e noções da obra *Poder político e classes sociais*?¹⁰; e) Miliband e Poulantzas teriam sido vítimas do “fetichismo do Estado”, o que os teria levado a descuidar do papel do Estado no processo de acumulação capitalista?¹¹

5. Em defesa da teoria marxista

A julgar pelo conjunto de questões suscitadas pelo debate, mesmo que respondidas insatisfatoriamente no curso das intervenções, parece-nos incontornável a leitura desses textos, bem como das principais obras desses autores. O debate sério e rigoroso dessas análises pode nos dar instrumentos para a crítica sistemática das teses do fim do Estado-nação, do poder difuso ou, ainda, das análises que consideram possível a superação do capitalismo sem a destruição do Estado burguês e a organização de um poder político de novo tipo.

10 Ver, por exemplo: Leon Oliver. *Estado, legitimación y crisis: crítica de tres teorías del Estado capitalista y de sus presupuestos epistemológicos*. México: Siglo XXI, 1985.

11 Idéia defendida por Horacio Tarcus. “Estúdio preliminar”. In: Horacio Tarcus (Org.). *Debates sobre el Estado capitalista* (1): Estado y clase dominante”, op.cit.

